ADUNESP *in*FORMA

Adunesp Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes - Nº 35 - Abril/Maio 2003

Diante do desrespeito do Cruesp, Fórum das Seis indica:

Greve nas três universidades a partir de 14/5

Foto: Daniel Garcia

Vamos à luta por salários dignos
(25% imediatos e política salarial trimestral)!
Em defesa da Previdência Pública! Contra o PL 9!
Pelo atendimento das reivindicações estudantis!
Contratação de professores e funcionários!
Expansão com qualidade!

Cruesp empurra a primeira negociação para 9 de maio.
Confira todas as informações sobre a campanha salarial 2003 nas págs. 6 a 8

Adunesp realiza eleições de 27 a 29 de maio

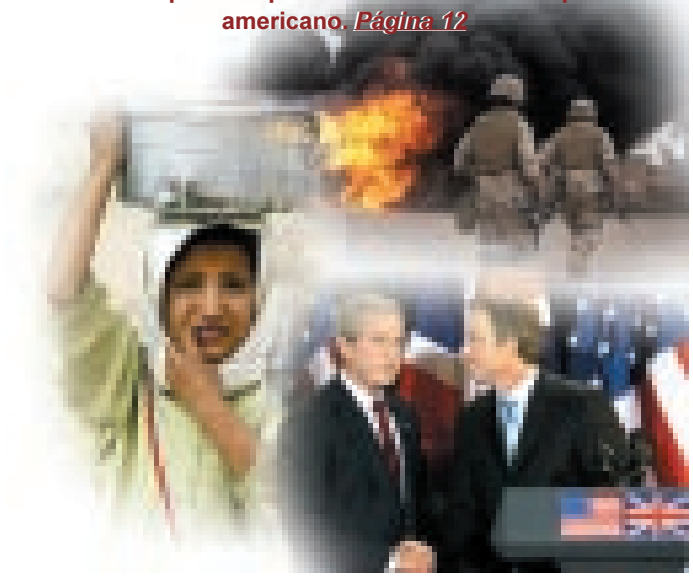
Página 2

Reitoria manobra e retira da CCG decisão sobre vestibular dos novos cursos

Página 5

"Existe alguém esperando por você
Que vai comprar a sua juventude
E convencê-lo a vencer.
Mais uma guerra sem razão
Já são tantas as crianças com armas na mão
Mas explicam novamente que a guerra
Gera emprego e isso aumenta a produção
Uma guerra sempre avança a tecnologia
Mesmo sendo guerra santa, quente, morna ou fria
Pra que exportar comida
Se as armas dão mais lucros na exportação?
Existe alguém que está contando com você
Pra lutar em seu lugar já que nessa
Guerra não é ele quem vai morrer
E quando longe de casa, ferido e com frio,
O inimigo você espera,
Ele estará com outros velhos
Inventando novos jogos de guerra
E belíssimas cenas de destruição
Não teremos mais problemas com a superpopulação
Veja que uniforme lindo fizemos pra você
Lembre-se sempre que Deus está
do lado de quem vai vencer.
O senhor da guerra não gosta de criança!"

Os versos acima são de "A canção do Senhor da Guerra", do grupo legião urbana. Não foram feitos agora, mas conseguem estampar a atualidade dos horrores da guerra imperialista contra o povo iraquiano e a bestialidade do presidente americano. Página 12



Propostas do governo Lula para reformar a Previdência são piores do que as pretendidas por FHC

Páginas 9 a 11

Editorial

Arrocho salarial, desmonte da Universidade, reforma da Previdência...

É hora de reação!

Os trabalhadores brasileiros estão estarrecidos frente à continuidade dos ataques aos seus direitos. O firme propósito do governo Lula em fazer a reforma da Previdência, para cumprir o compromisso assinado com o FMI, dá continuidade ao projeto de FHC, ou seja, implementar as diretrizes neoliberais no Brasil.

Há tempos, a Adunesp Seção Sindical e o Andes-SN vêm denunciando as ofensivas das políticas governamentais para adequar o país ao modelo neoliberal. A prioridade ao social, que freqüentou as promessas petistas durante a campanha eleitoral, ao lado das críticas à política do governo FHC, virou poeira. Em documento divulgado pelo Ministério da Fazenda, no dia 10 de abril, marcando as comemorações dos 100 dias do novo governo, o texto é claríssimo ao considerar o ajuste fiscal como primeiro compromisso.

O programa de campanha de Lula, batizado de "O Brasil para todos", criticava a rigidez da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, dizendo que seu maior erro era supervalorizar "as políticas macroeconômicas voltadas para a estabilização da moeda a qualquer custo, a abertura econômica desordenada e a remuneração privilegiada do capital financeiro."

Para quem ainda tem dúvida sobre as intenções do novo governo, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, é categórico: "O ajuste fiscal no nosso governo será maior do que o de FHC" (*O Estado de S. Paulo*, 10/4/2003). Na prática, isso tem significado uma taxa crescente de juros (hoje em 26,5%, uma das maiores do mundo, para alegria dos especuladores), redução de investimentos sociais, aumento do superávit primário para 4,25% do PIB (dinheiro que o país "economiza" para pagar os juros da dívida aos banqueiros), arrocho nos salários do funcionalismo etc.

A votação de modificações no artigo 192 da Constituição, que trata da regulamentação do sistema financeiro, é outra medida que vem na contramão dos interesses nacionais. A vitória veio com folga na Câmara, no dia 3 de abril, com o apoio de quase toda a base de sustentação governista e da maioria da neo-oposição (PFL, PSDB). Até mesmo a bancada de esquerda do partido, ameaçada de punições mais severas, votou a favor. Neste dia, foi votado o substitutivo que o senador Jefferson Peres (PDT/AM) preparou para o projeto do então senador José Serra, que era de 1999. O substitutivo revoga todos os incisos do artigo 192 – incluindo a fixação de juros máximos de 12% ao ano – e joga tudo para definição em leis complementares. Dessa forma, bastarão 257 votos para que qualquer lei complementar seja aprovada, inclusive a polêmica autonomia para o Banco Central, uma antiga reivindicação do FMI e dos banqueiros.

A prioridade ao social, que freqüentou as promessas petistas durante a campanha eleitoral, ao lado das críticas à política do governo FHC, virou poeira.

A principal "mudança" prometida pelo novo governo, no entanto, é a reforma da Previdência. Leia-se: acabar com a aposentadoria integral dos servidores, instituir a cobrança para os inativos e criar os fundos privados de pensão, atendendo a um antigo pedido dos bancos.

As propostas do governo Lula, que acabam de ser divulgadas (*veja nas páginas 9 a 11*), são idênticas àquelas que eram defendidas pelo governo FHC. Em carta ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo Lula compromete-se a aprovar a reforma no Congresso até setembro ou outubro.

Em várias declarações à imprensa, o ministro Ricardo Berzoini, da Previdência, tem demonstrado que a reforma é o único caminho possível para viabilizar a volta do crescimento da economia. Findo o rombo anual de R$ 70 bilhões que o sistema apresentaria, estaria aberto o caminho para o fim da recessão econômica, a criação de empregos, a melhoria da saúde e da educação... enfim, o paraíso

Adunesp realiza eleições de 27 a 29 de maio

O nosso sindicato tem eleições entre os dias 27 e 29 de maio. A data foi definida durante a plenária ampliada, realizada no campus de Bauru, no dia 8 de abril, quando também foi escolhida a Comissão Eleitoral Central que dirigirá o processo. As chapas deverão ser registradas até o dia 9 de maio, às 16h, na secretaria da Adunesp, em São Paulo. Os vencedores dirigirão a entidade no biênio 2003/2005.

A Comissão Eleitoral Central é composta pelos seguintes companheiros: Antônio Luís de Andrade (representando a Diretoria Executiva da Adunesp); Sérgio A. Zanoto (Assis) e José Gilberto de Souza (Jaboticabal), ambos representando os associados; além de Odeibler Santo Guidugli (Rio Claro) e Vandeí Pinto da Silva (Marília), como suplentes.

De acordo com o Regimento Eleitoral, em cada subseção sindical da Adunesp deverá ser constituída uma Comissão Eleitoral Local, composta por um membro da diretoria e dois membros indicados entre os associados. A composição dessa Comissão deverá ser enviada à Comissão Eleitoral Central até o dia 21/5/03.

na Terra. É claro que a história real é bem diferente.

De fato, o governo Lula sofre com a falta de dinheiro. Mas ele existe. O problema é o destino que toma. Os juros e encargos da dívida pública previstos na Lei Orçamentária de 2003 são da ordem de R$ 93,644 bilhões. É dinheiro economizado pelo país para ser enviado direto aos bolsos de meia dúzia de banqueiros. Para se ter uma idéia, se a Previdência Social não arrecadasse um centavo sequer em 2003, esse dinheiro seria suficiente para pagar todos os benefícios do INSS no ano (em 2002, o total pago pelo Instituto a mais de 16 milhões de pessoas foi de R$ 92,110 bilhões).

A solução da crise econômica, portanto, dependeria de uma mudança radical na política econômica do atual governo. Seria preciso romper o extorsivo acordo com o Fundo Monetário e investir os recursos nacionais, oriundos do trabalho de dezenas de milhões de brasileiros, em benefícios para o conjunto da população. Assim, seria possível, minimizar o problema do desemprego, hoje em 20% da população economicamente ativa, e tirar da informalidade a metade da classe trabalhadora que hoje está excluída do regime geral da Previdência. O aumento da arrecadação previdenciária, inclusive, seria gigantesco.

A cada medida megalomaníaca da Reitoria, infelizmente algumas com o respaldo do CO, sérias conseqüências desenham-se para o presente e o futuro da Unesp.

Na Unesp

E, se o cenário nacional aponta a necessidade de uma reação firme da classe trabalhadora, a situação na Unesp não é muito diferente. Os desmandos continuam. O desrespeito ao estatuto, ao regimento e à própria comunidade vem sendo a tônica das reuniões do Conselho Universitário. As últimas pérolas foram a criação do curso de Arquitetura e Urbanismo em Presidente Prudente – não aprovado na CCG e no CEPE, por não atender as condições mínimas necessárias para a sua criação – e a aprovação da liberação de R$ 5 milhões para o Plano de Saúde Mais Unesp. E o absurdo chega a tal ponto que os planos privados já "comemoram" a decisão da Unesp em ceder tal soma de recursos. Em propaganda veiculada em horário nobre, o Reitor aparece ao lado de um representante da Unimed, "celebrando" o acordo. Particularmente em Botucatu, que possui uma Faculdade de Medicina e um hospital universitário, isso beira o ridículo. Ou será que o Reitor considera que toda essa estrutura não seria capaz de atender os docentes e funcionários do campus?

Não tem sido fácil constatar a ausência de seriedade e planejamento na gestão da Unesp. A cada medida megalomaníaca tomada pela Reitoria, infelizmente algumas com o respaldo do CO, sérias conseqüências desenham-se para o presente e o futuro da Unesp.

A expansão desenfreada a qualquer custo – via as temerárias unidades diferenciadas e os frágeis novos cursos nos *campi* existentes – está ainda por apresentar seus mais graves problemas. Cada campus sabe o quanto custaram, em todos os sentidos, a implantação e a consolidação dos cursos existentes. Cada um sabe da insuportável falta de reposição de docentes e funcionários evadidos nos últimos anos; da urgência da ampliação e melhoria da infraestrutura existente; da insuficiência da assistência estudantil; da inaceitável contratação docente em RTC; da eterna luta por reposição salarial; do não pagamento dos precatórios; do corte crescente de bolsas de estudos (PIBIC, extensão, Núcleo de Ensino) etc.

E qual é a justificativa para o não atendimento das inquestionáveis reivindicações da comunidade unespiana? A falta de recursos financeiros.

Se for verdadeira a justificativa da Reitoria, de onde saíram os R$ 5 milhões (não previstos no orçamento da Unesp) para atender a um Plano de Saúde privado? Uma quantia como essa não é desprezível. A transformação das 189 contratações RTC em RDIDP, custaria, segundo a APLO, R$ 4 milhões de reais. Ora, então seria possível não só o atendimento dessa reivindicação como a sua ampliação! Tal fato desmascara a falta de vontade política da Reitoria e as suas reais prioridades para a Universidade.

No final de 2003, numa decisão errada, o CO já tinha destinado cerca de R$ 645 mil para o já quase falido Mais-Unesp. Sem dúvida, essa postura do senhor Reitor revela sua concepção de saúde pública, de seguridade social e de uso de recursos públicos para atividades fins. Até aí, nenhuma surpresa, apenas mais uma triste constatação de um projeto de universidade alinhado ao modelo neoliberal. Qual será o fim dessa história? Se a comunidade não acordar, talvez seja tarde demais.

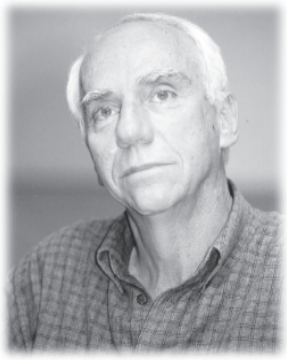
Em editorial publicado em 2001, por ocasião dos 100 primeiros dias da gestão do atual Reitor, o ***Adunesp Informa*** avaliava que a confusão havia dado o tom. Hoje, vemos que a pretensa confusão, na verdade, consolidou-se numa clara política de desmonte da Unesp.

O caminho é a luta

Em meio à data-base 2003, o momento não poderia ser mais propício à luta por nossos direitos, tanto interna quanto externamente. A preparação da greve geral da comunidade acadêmica a partir de 14 de maio, como propõe o Fórum das Seis (*páginas 6 a 8*), é a oportunidade de mostrarmos o nosso descontentamento e exigirmos salários e condições dignas de trabalho. A luta não é só por 25% de reposição imediata e política salarial trimestral, mas também contra a reforma previdenciária, por assistência estudantil de qualidade, contratação de pessoal, expansão de vagas com qualidade, entre outras.

A hora é de mobilização!

Companheiro Borin



No dia 22 de abril, o movimento sindical docente perdeu o companheiro Jair Borin, aos 61 anos de idade, vítima de câncer. Borin desempenhou diversos cargos na diretoria e no Conselho de Representantes da Adusp-S.Sind., inclusive a presidência da entidade na gestão 97-99. Atualmente, era Chefe do Departamento de Jornalismo da ECA (Escola de Comunicação e Artes) da Universidade de São Paulo. Militante de primeira linha contra a ditadura militar, chegou a ser preso em duas oportunidades. Nos anos 70 e 80, à frente do Sindicato dos Jornalistas, foi um dos principais organizadores de importantes greves da categoria.

A Adunesp lamenta profundamente a perda do companheiro. A maior homenagem que podemos fazer-lhe é manter, com a mesma fibra que sempre teve, sempre viva a chama da luta dos trabalhadores.

Unesp: expansão ou destruição?

* Por Maria Valéria Barbosa

O processo de expansão da Unesp, no que tange aos cursos de graduação, teve um grande impulso. A perspectiva é de que 915 novas vagas sejam oferecidas no próximo semestre, inclusive com a realização de um segundo vestibular anual. Desse total, 570 vagas são em *campi* da Unesp já existentes e 345 nas recém-criadas unidades diferenciadas.

Greve estudantil em Marília, no ano passado: problemas continuam graves em várias unidades

Mais uma vez, todo o processo foi desencadeado sem que tivéssemos a participação efetiva e igualitária de todas as unidades, pois o fator mais importante desse processo não ocorreu pelos méritos acadêmicos e a preocupação, justa, de expandir o ensino público paulista de nível universitário. Ocorreu, na realidade, por critérios eminentemente político- eleitoreiros. O governo Alckmin, em acordo com a Assembléia Legislativa, destinou verbas adicionais para a abertura desses cursos. Dentro do cronograma traçado pelo governo, o tempo de execução retirou, novamente, das mãos da comunidade acadêmica a prerrogativa de discutir e deliberar com calma e tranqüilidade. Tais verbas, aprovadas pontualmente, não foram acrescidas na cota-parte da Unesp, podendo futuramente se tornar um grande problema orçamentário.

Desde o processo de aprovação, a CCG e o CEPE não receberam nenhum processo de adequação ou reformulação das estruturas curriculares e mesmo de contratações dos docentes.

A expansão dos cursos de graduação nas unidades já existentes da Unesp trouxe, em si, o velho processo do fisiologismo político. Isso porque, em determinadas circunstâncias, o Conselho Universitário respeitou as deliberações dos órgãos colegiados responsáveis pela análise mais cuidadosa dos pedidos das unidades; em outras, fez questão de beneficiar os amigos do rei. Cabe ressaltar que, nessa etapa de expansão, pelo menos em parte, os trâmites estatutários foram respeitados.

O fator mais importante desse processo não ocorreu pelos méritos acadêmicos e a preocupação de expandir o ensino público paulista de nível universitário, mas por critérios eminentemente político-eleitoreiros.

Agora, uma grande preocupação reside na falta de infra-estrutura e de recursos humanos, bem como no cumprimento do calendário estabelecido pelo governo do estado e imposto à Unesp. Essa agenda prevê que os cursos comecem em agosto, mesmo não tendo condições para isso.

Mas a maior preocupação relaciona-se às unidades diferenciadas. A Reitoria conseguiu aprovar a formação dessas unidades em sessão do Conselho Universitário que ocorreu sob coerção policial, ferindo todos os preceitos estatutários. A estrutura da Universidade não prevê a existência dessas unidades, nem de cursos modulares. Para que fossem efetivamente criados, seriam necessárias mudanças estatutárias, com fórum qualificado de votação. Esta situação, definitivamente, não ocorreu.

Superada essa etapa, vem a implementação dessas unidades e de seus respectivos cursos. Desde o processo de aprovação, em 29 de agosto de 2002, os órgãos colegiados responsáveis pela área de graduação (CCG e CEPE) não receberam nenhum processo de adequação ou reformulação das estruturas curriculares e mesmo de contratações dos docentes, mas foram surpreendidos com o calendário do segundo concurso vestibular anual. No calendário, figurava a realização do vestibular nas unidades diferenciadas, com início previsto para agosto de 2003.

A situação é tão grave que existem endereços dessas novas unidades da Unesp em hotéis! Seria triste se não fosse trágico ver que uma das mais importantes universidades públicas do país age com má-fé e engana a população, oferecendo cursos de graduação que, no momento, não existem nem no papel enquanto projetos responsavelmente planejados.

A tarefa que se coloca à comunidade unespina é tentar adiar o início desses cursos, para que seja garantido um mínimo para o funcionamento dessas unidades. Do contrário, corremos o risco de ver ameaçado o projeto Unesp, construído ao longo de sua história.

** Maria Valéria Barbosa é professora do campus de Marília, representante na CCG e presidente da Adunesp/ Marília*

Nota

As unidades diferenciadas da Unesp são Dracena (Zootecnia), Itapeva (Engenharia Industrial Madeireira), Ourinhos (Geografia/Licenciatura e Bacharelado), Registro (Ciências Agrárias), Rosana (Turismo), Sorocaba/Iperó (Engenharia de Controle e Automação e Engenharia Ambiental) e Tupã (Administração de Empresas e Agronegócios). Todas essas unidades demandam grande investimento em infra-estrutura e em pessoal técnico qualificado.

Última hora

Reitoria manobra e retira da CCG decisão sobre vestibular dos novos cursos

No momento de fechamento desta edição, em 23 de abril, os membros da Câmara Central de Graduação (CCG) foram surpreendidos por um comunicado da Reitoria. "A pedido da presidência da CCG" – diz o documento – "comunicamos a V.Sas. que as normas para o segundo concurso vestibular 2003 da Unesp foram aprovadas com base no Despacho nº 33/03-CO, tendo em vista o despacho anexo da Assessoria Jurídica da Unesp". Com isso, foi cancelada a reunião que a CCG faria no dia 25 de abril para discutir o assunto.

"É lamentável que, mais uma vez, a Reitoria use de subterfúgios para ter aprovado o seu projeto, já que não tem se utilizado de preceitos democráticos e, muito menos, de respeito ao Estatuto da Unesp", criticou Maria Valéria Barbosa (*autora de artigo na página anterior*), membro da CCG e presidente da Adunesp/Marília.

Ela denunciou, ainda, que no referido despacho (33/03-CO) é possível verificar que não houve votação quanto à realização do vestibular com a inclusão de todos os cursos pelo Colegiado. O último item deste documento foi apenas baseado na fala do Reitor: "Salienta-se que os cursos ora aprovados, mais os cursos anteriormente aprovados por este Conselho estarão incluídos no vestibular do mês de julho, para início das atividades no segundo semestre de 2003, conforme fala final de síntese do Magnífico Reitor".

Jurídico da Adunesp questiona unidades diferenciadas na justiça

A Assessoria Jurídica da Adunesp entrou com uma ação ordinária, com pedido de tutela antecipada, visando revogar a aprovação feita pelo Conselho Universitário na matéria votada em regime de urgência na 129ª Sessão Extraordinária do CO, realizada em Araçatuba, no dia 29 de agosto de 2002, que deliberou pela expansão de vagas nos moldes pretendidos pela Reitoria, com a criação das unidades diferenciadas.

A ação está em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo e o juiz deve analisar o pedido a qualquer momento. Já foi expedido o mandado de citação para a Universidade apresentar sua defesa. O prazo é de 30 dias para tanto, a contar da data do efetivo recebimento.

22º Congresso do Andes aprova greve contra o PL 9 e plano de lutas para 2003

Realizado de 8 a 13 de março, o 22º Congresso do Andes-SN reuniu 356 delegados em Terezina (PI), representando 67 seções sindicais. A Adunesp participou com seis delegados (Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, Ana Maria Ramos Estêvão, Nilma Renildes da Silva, Luiz Fernando da Silva, Wilson Manzoli Júnior e Vandeí Pinto da Silva). Após analisar a conjuntura nacional e internacional, o Congresso aprovou um plano geral de lutas para a categoria.

"Mais do que nunca, é preciso dar à palavra mudança o significado de transformação social. A postura de autonomia sindical é essencial para o desenvolvimento da luta", diz um dos trechos da Carta de Terezina, aprovada ao final do encontro, em referência às posturas adotadas pelo atual governo: reforma da Previdência, manutenção do arrocho salarial sobre o funcionalismo, corte de verbas para os serviços públicos, juros altos etc.

"Acho que este foi o Congresso mais importante dos últimos tempos, pela complexidade da conjuntura nacional e internacional de avanço do neoliberalismo e pela eleição de um trabalhador para presidente do Brasil", avalia Sueli, do campus de Marília. "A transformação dos serviços públicos em mercadoria é uma das diretrizes básicas do neoliberalismo e atinge atualmente a sua ofensiva mais ousada, já que tem conseguido impor internamente na universidade pública elementos que favorecem essa visão, como por exemplo a expansão da Unesp, pautada num modelo diferenciado de universidade", acrescenta.

A bancada da Adunesp participou ativamente de todas as atividades, inclusive da passeata contra a reforma da Previdência, que reuniu cerca de 400 pessoas e terminou num ato em frente ao Palácio do Governo. Além disso, os delegados assumiram a coordenação de grupos mistos e defenderam suas teses (sobre expansão do ensino superior público e formação de professores) nos grupos e plenárias.

Greve contra a reforma da Previdência

O Andes-SN foi o primeiro sindicato a aprovar em Congresso um indicativo de greve no governo Lula, contra a aprovação do PL 9. Além disso, o Congresso conseguiu armar o movimento com um plano de lutas claro, onde se destacam a indicação da retirada da CUT do Codes e a mudança estatutária, que permite a criação de Seções Sindicais Multiinstitucionais, visando atender a demanda do setor das particulares do Andes, que sofrem uma forte repressão por parte dos empresários do ensino.

O Codes

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes) é uma estrutura consultiva criada pelo governo Lula, que tem significado um espaço para a construção do famoso "consenso nacional", visando à implementação das reformas. Sua composição não deixa dúvida para qual lado pendem as suas posições: é formado por cinco representantes do setor agropecuário, sete do setor financeiro, 23 da indústria, dois do comércio, quatro do setor de serviços, dez "personalidades notáveis", 10 ministros, 13 sindicalistas, dois representantes da área cultural, três entidades de classe, 11 movimentos sociais e dois religiosos. Participam, ainda, além do presidente da República, dois representantes do Congresso Nacional: os deputados Delfim Neto (PPB/SP) e Armando Monteiro Filho (PMDB/SP). O peso do setor empresarial e de seus aliados históricos é, política e numericamene, maior do que o dos trabalhadores .

O 22º Congresso do Andes avaliou que a CUT não consultou a base sindical sobre a sua participação no Codes e, muito menos, sobre quais posições defenderia nesse espaço. Diante de tal quadro, os delegados aprovaram a retirada da CUT do Codes, pois este representa um espaço de pacto social, na sua versão mais moderna.

Os deputados federais Luciana Genro (PT/RS) e Babá (PT/PA) participaram de alguns dos debates do 22º Congresso. Eles denunciaram a tônica da política econômica do governo Federal, afinada com o FMI. Lembraram que, em 2002, por exemplo, o Brasil pagou cerca de 52 bilhões de reais de juros da dívida externa; para 2003, está previsto o pagamento de 93 bilhões, ou seja, quase o dobro.

DATA-BASE 2003

Diante do desrespeito do Cruesp, Fórum das Seis indica:

Greve nas três universidades a partir de 14 de maio

- *Vamos à luta por salários dignos (25% imediatos e política salarial trimestral)!*
- *Em defesa da Previdência Pública! Contra o PL 9!*
- *Pelo atendimento das reivindicações estudantis!*
- *Contratação de professores e funcionários!*

Expansão com qualidade!

Apesar de já ter recebido a nossa pauta de reivindicações, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) está apostando na desmobilização da categoria. Prova disso é a marcação da primeira rodada de negociação somente para o dia 16 de maio, uma sexta-feira, às vésperas do fechamento da folha, que acontece no dia 20 de cada mês. Ocorre que a nossa data-base é 1º de maio e a conduta dos reitores denuncia a tentativa de enrolar a categoria. Em tempos de inflação ascendente e salários arrochados, não dá para aceitar essa situação. Se depender deles, teremos nada (ou quase nada) nesta campanha salarial.

Diante dos protestos do Fórum das Seis, que enviou ofício ao Cruesp, os reitores decidiram antecipar a reunião para 9 de maio, o que ainda fica muito longe do que havia sido solicitado anteriormente (*veja matéria ao lado*).

Frente a esse desrespeito, o Fórum das Seis e os três DCE's reuniram-se no dia 22 de abril para analisar a situação. A mobilização do dia 10 de abril foi considerada positiva nas três universidades e demonstrou a grande insatisfação da comunidade acadêmica. Neste dia, além do ato unificado em frente à Reitoria da USP, aconteceram reuniões e assembléias bastante concorridas nas unidades.

É preciso lembrar que a conjuntura geral também exige uma atenção especial dos trabalhadores. O maior exemplo é a tentativa do atual governo, no rastro do anterior, de impor uma reforma previdenciária que tem como objetivo claro privatizar a Previdência e confiscar direitos dos funcionários públicos (*leia matérias nas páginas 9 a 11).* Isso sem falar na reforma das leis trabalhistas, que é a próxima na lista do governo.

Toda essa situação (dentro e fora das universidades) exige de professores, funcionários e estudantes uma reação firme. Todos os direitos que a classe trabalhadora tem hoje foram conquistados a partir de muita luta. Mantê-los e ampliá-los só depende de nós. Diante dessa situação, o Fórum aprovou o indicativo de greve na Unesp, USP e Unicamp a partir de 14/5.

Eles estão pagando para ver

O Fórum das Seis decidiu não aceitar o calendário dos reitores, cujas intenções são claras: inviabilizar as reivindicações das três categorias.

Além de intensificar a luta pelos 25% de reajuste imediato e pela política salarial trimestral, o Fórum decidiu fortalecer a mobilização por:

- Repúdio a qualquer reforma previdenciária que vise tirar direitos dos trabalhadores;
- Assistência estudantil (subsídios e bolsa alimentação, fim das filas nos restaurantes etc);
- Contratação de mais professores e funcionários. Fim das terceirizações e contratos precários;
- Mais vagas nas universidades e mais moradias estudantis;
- Fim das perseguições políticas nas universidades.

Ato lançou a campanha no dia 10 de abril

Como o novo presidente do Cruesp é o professor Adolpho Melfi, reitor da USP, o ato de lançamento da campanha salarial 2003 aconteceu naquela universidade, no dia 10 de abril. Nas três universidades, professores e funcionários paralisaram as atividades em boa parte das unidades.

Além da reivindicação salarial (25% de reajuste imediato e política salarial trimestral, com base no ICV do Dieese), a nossa pauta conjunta traz outras nove reivindicações, como é o caso da extensão dos reajustes ao pessoal do Centro Paula Souza, contratação de pessoal em tempo integral, expansão de vagas em cursos regulares de graduação, ampliação da assistência estudantil, fim de toda perseguição política nas universidades, contra qualquer reforma da previdência que signifique perda de direitos etc (*veja a íntegra na página seguinte*).

Além dos representantes dos sindicatos de docentes e funcionários, o ato do dia 10 teve a participação das entidades estudantis (DCE's) das três universidades. As falas foram acompanhadas por uma "nuvem" de dois mil balões, que traziam escritas as frases "25%, já!" e "Contra o PL 9" (*o projeto de lei que privatiza a Previdência, como mostram matérias nas páginas 9 a 11*).

Cruesp empurra primeira negociação para 9 de maio. Vamos fazer uma grande manifestação neste dia

Através do boletim "USP Urgente", datado de 16 de abril, o Cruesp divulgou o ofício 03/2003. Nele, o novo presidente do Cruesp, Adolpho Melfi (Reitor da USP), propõe ao Fórum das Seis que a primeira negociação ocorra somente no dia 16 de maio, já próximo ao fechamento da folha.

O Fórum das Seis enviou um ofício aos reitores no mesmo dia, lembrando que, no dia 10 de março, o Cruesp havia agendado a reunião para 20 daquele mês, o que acabou sendo desmarcado. O texto ainda lembra que a pauta conjunta de reivindicações foi entregue no dia 2/4 e que a disposição do Fórum era a de realizar a negociação até 23/4. Um dos trechos enfatiza que, "contrariamente ao bom desempenho que vem apresentando a arrecadação do Estado, nossos salários vêm sofrendo expressiva corrosão inflacionária. Assim, consideramos fundamental que o calendário de negociação possa dar conta da grave situação que docentes e funcionários das Universidades Estaduais Paulistas estão enfrentando".

Neste ofício, o Fórum propõe que o início da negociação seja antecipado para 30/4, no máximo: "Entendemos que o dia 16/5, às vésperas do fechamento da folha de pagamento, não contempla o necessário espaço de negociação que este momento costuma exigir. Neste sentido, esforçando-nos por compatibilizar as agendas propostas por ambas as partes, propomos que se realizem até a data-limite de 30/4 tanto a reunião das 'Comissões Técnicas', quanto a primeira reunião de negociação entre o Fórum das Seis e o Cruesp."

No momento de fechamento desta edição, em 23 de abril, o Cruesp respondeu ao ofício do Fórum, propondo antecipar em poucos dias a primeira negociação, de 16 para 9 de maio. Diante disso, o Fórum decidiu convocar uma manifestação para este dia, na USP. O campus e o horário serão divulgados em breve, já que estas informações ainda não estão disponíveis. Fique atento!

Campus de Bauru: categoria insatisfeita

Atenção para o calendário. Todas as unidades devem realizar assembléias até 29 de abril

Visando a preparação da greve da categoria, a partir de 14 de maio, o Fórum das Seis está indicando o seguinte calendário de mobilização:

Até 29/4 - Assembléias em todas as unidades, das três categorias, para avaliar o calendário e o indicativo de greve

30/4 – Ato conjunto nas três universidades em defesa da assistência estudantil

6/5 – Reunião do Fórum para avaliar o resultado das assembléias

Até 7/5 – Assembléias estudantis para avaliar o indicativo de greve

9/5 – Ato conjunto na USP, onde será realizada a negociação. O campus e o horário ainda não estão definidos

Até 12/5 – Novas assembléias das três categorias

14/5 – Data indicativa para início da greve geral das universidades estaduais paulistas

DATA-BASE 2003

Arrecadação em alta, salário em baixa

Falta vontade política aos reitores para repor nossas perdas

De acordo com planilha divulgada pelo próprio Cruesp, relativa a abril, o comprometimento das três universidades com folha de pagamento foi de 80,43%. Na tabela abaixo, veja como esse índice é bastante inferior aos valores verificados nos anos anteriores. Na tabela ao lado, veja, também, como ficaria o comprometimento em 2003, a partir de algumas possibilidades de reajuste.

A disponibilidade de recursos nas três universidades já estava clara desde o final de 2002. Mas a política dos nossos reitores, ao estilo das receitas impostas pelo FMI, é fazer caixa para outras despesas às custas do nosso poder aquisitivo. Enquanto os salários despencam, a arrecadação do ICMS nos últimos meses ficou com um valor real médio de 10% acima do verificado em maio de 1995.

Nesta data-base, estamos reivindicando o valor real do salário que tínhamos em maio de 2001, que havia incorporado as conquistas da greve de 2000. Tomando por base o crescimento da inflação até março, a previsão é de um reajuste de 25% (23% de inflação do período abril/02 a abril/03 + 1,56% de resíduo do ano passado). Os números finais, no entanto, só poderão ser definidos a partir da divulgação da inflação de abril/03.

Comprometimento com folha de pagamento

	Reajuste em maio/03	*Total*
Planilha Cruesp (abril/03)	----	80,43%
Média 1995 – 2000	----	87,15%
Projeções 2003 *	21%	84,60%
	25%	86,70%
	21% + reaj. trimestral	86,80%

(*) Inflação de 2003 estimada em 19% (assumindo-se para os próximos meses a inflação média dos últimos 12 meses).

A pauta conjunta de reivindicações 2003

– USP, Unesp, Unicamp e Ceeteps –

1) Recuperação da perda inflacionária, estimada pelo ICV-Dieese, do salário de maio/2001. Tendo em vista a evolução inflacionária, há expectativa de um reajuste de 25% em maio de 2003;

2) Reajuste trimestral de salários pelo ICV-Dieese a partir de maio/2003;

3) Pagamento aos docentes e funcionários do Centro Paula Souza do reajuste dessa data-base e também dos referentes às datas-base de 1996 a 2001;

4) Ampliação da assistência estudantil nas três universidades e no Centro Paula Souza, com aumento das verbas para ampliação de vagas para moradia estudantil e bolsas alimentação em função da demanda existente. Substituição de todas as bolsas de trabalho por bolsas de estudo;

5) Contratação em tempo integral de professores e funcionários, por concurso público, para reposição e ampliação do quadro das Universidades; fim das terceirizações e das contratações precárias de docentes e funcionários;

6) Expansão de vagas em cursos regulares de graduação, com financiamento adicional para a manutenção da qualidade de ensino, com expansão proporcional do quadro docente, da assistência estudantil e do apoio técnico-administrativo, de salas de aula e demais instalações didáticas e de pesquisa;

7) Compromisso do Cruesp de atuar conjuntamente com o Fórum das Seis durante a discussão e elaboração da LDO na Assembléia Legislativa, com vistas a obter, entre outras providências, a complementação de verbas para pagamento de aposentados (com a manutenção destes nas folhas de pagamento das universidades), para ampliação de vagas e do quadro efetivo das universidades estaduais, de modo a manter a qualidade do ensino, pesquisa e extensão: ampliação dos recursos para 11,6% do ICMS;

8) Recuperação do atendimento de qualidade nos Hospitais Universitários, com a necessária contratação de médicos e funcionários, preservando-os sob responsabilidade das universidades e inseridos no SUS;

9) Fim de toda perseguição política nas universidades, com a readmissão de demitidos políticos e a suspensão imediata das punições e de processos disciplinares e legais de origem política contra estudantes, funcionários e organizações sindicais;

10) Atuação do Cruesp por uma previdência pública e solidária, com a manutenção da aposentadoria integral e a sua extensão a todos os trabalhadores, mantida a paridade entre ativos e aposentados;

11) Manutenção das reuniões periódicas da comissão Cruesp/Fórum das Seis de acompanhamento de verbas e salários.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Fim da aposentadoria integral, cobrança dos inativos, criação dos fundos privados...

Propostas do governo Lula são piores do que as pretendidas por FHC

No dia 16 de abril, o governo Lula finalmente tornou públicos os detalhes da reforma previdenciária que pretende aprovar no Congresso Nacional. Decidida em comum acordo com os governadores, ela é mais danosa ao funcionalismo do que a pretendida pelo governo anterior. A intenção é enviar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) ao Congresso até o final de abril e, de acordo com promessas feitas ao FMI (*veja na página seguinte*), aprová-lo até outubro.

Entre as medidas mais polêmicas, estão o fim da aposentadoria integral e a taxação dos inativos (*confira no quadro*).

Os principais pontos da Reforma, de acordo com as propostas do governo Lula

- Fim da aposentadoria integral do funcionalismo. Teto máximo para todos os trabalhadores de R$ 2.400,00. Para se aposentar com valores superiores, o trabalhador terá que recorrer a fundos privados de pensão;
- Padronização em 11% da alíquota previdenciária dos servidores da ativa;
- Estabelecimento de idade mínima para aposentadoria em 60 anos para servidores e 55 para servidoras. Haverá uma regra de transição em que os homens poderão se aposentar com 53 anos e as mulheres com 48 anos, mas com um desconto nos benefícios de 5% para cada ano de antecipação;
- Taxação dos inativos (inclusive os atuais) em 11% para valores que excederem R$ 1.058,00 (piso utilizado pela Receita Federal para isenção do IR).

Perde o funcionalismo...

Para o vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), José Domingos de Godói Filho, "a reforma previdenciária ficou pior do que já estava. Nem o Fernando Henrique sonhava chegar a tanto". Ele lembra que, além de só tirar direitos do setor público, a proposta de reforma previdenciária do governo Lula "não refresca" a situação do trabalhador do setor privado, na medida em que o governo não pretende rever, por exemplo, o fator previdenciário, mecanismo criado no governo Fernando Henrique Cardoso que acaba reduzindo o valor das aposentadorias pelo INSS.

As propostas geraram indignação até mesmo entre deputados petistas, das chamadas alas moderada e de esquerda. O deputado baiano Walter Pinheiro, por exemplo, vice-líder da bancada na Câmara, rebelou-se contra a cobrança dos inativos. Ele lembrou que o partido, em outras ocasiões, votou contra a taxação e recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir que o então presidente Fernando Henrique Cardoso instituísse a cobrança. "Não votei contra de brincadeirinha, nem por perseguição a FHC. Votei contra um modelo de Previdência", disse (*O Estado de S. Paulo*, 17/4/03). Ele também criticou a instituição da idade mínima de 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres se aposentarem no serviço público. "Essa fórmula, que mistura idade mínima com tempo de serviço, obriga a faixa mais pobre da população a trabalhar mais para se aposentar."

... ganham os banqueiros

Não é a aposentadoria integral dos servidores, como defende o governo Lula, a grande responsável pelo rombo na Previdência. E como poderia ser, se os servidores pagam, durante toda a vida, para recebê-la quando se aposentam? Tirar a aposentadoria integral do funcionalismo, portanto, não vai resolver o problema, mas sim agravá-lo, pois cairá a arrecadação geral da Previdência.

Os interesses são outros. Pressionados pela crise geral do capitalismo, alguns setores patronais (os bancos, em primeiro lugar) querem que o governo lhes dê garantia de novas fontes de lucros. Eles querem colocar a mão no filé mignon da previdência, através da criação dos fundos privados de pensão.

Os grandes privilegiados deste país, é claro, não são os trabalhadores. Mergulhada no arrocho salarial, no desemprego (na casa dos 20%), nos péssimos serviços de saúde e educação etc, a classe trabalhadora brasileira está longe de conhecer qualquer privilégio. Já não é o caso dos banqueiros. Durante a era FHC, a rentabilidade sobre o patrimônio líquido das instituições financeiras cresceu, em média, 20% ao ano. Nos demais setores da economia, 5% já são considerados excepcionais.

Reação, já!

Todos os dias, a imprensa despeja argumentos e mais argumentos a favor da reforma e procura jogar a sociedade contra o funcionalismo, esses inveterados "marajás" do serviço público. Uma coisa é certa: se a reação dos trabalhadores do serviço público não for enérgica, a previdência pública será destruída, bem ao gosto dos grandes bancos.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Carta ao FMI mostra intenção do governo Lula de aprovar medidas até outubro

A carta de intenções do governo Lula, referente à segunda revisão do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), promete com todas as letras acelerar a reforma da Previdência.

O texto, cuja íntegra pode ser acessada no *site* do Ministério da Fazenda (www.fazenda.gov.br), prevê o envio do projeto de reforma ao Congresso até junho deste ano. Também é este o prazo estabelecido pelo governo Lula para conseguir aprovar o Projeto de Lei Complementar (PLC) 9/99. O projeto autoriza a determinação de um teto para a aposentadoria de novos servidores públicos igual ao praticado pelo INSS. Para aumentar o benefício, o projeto também propõe a instalação de Fundos de Previdência Complementar, ou seja, inicia concretamente a tão reclamada (pelos banqueiros) privatização do setor. Nestes fundos complementares, os servidores teriam de contribuir à parte para ter o direito de receber aposentadorias maiores. O PLC 9/99 foi enviado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao Congresso Nacional em 1999, como peça fundamental da tão sonhada reforma da Previdência. No entanto, a gritaria da oposição (na época, comandada pelo PT) foi grande, refletindo o descontentamento do funcionalismo público, e o projeto acabou engavetado.

Lula: não era esse o governo esperado pela maioria da população

Embora o governo Lula procure conferir pouca importância ao PLC 9/99, é indiscutível que ele é o primeiro e decisivo passo para a reforma da Previdência em seu conjunto. Se conseguir acabar com a aposentadoria integral e criar os fundos privados de pensão para os novos servidores, o governo terá andado meio caminho para instituir as mudanças para os atuais funcionários públicos.

Debate em Bauru – No dia 8 de abril, a Adunesp realizou no campus de Bauru um debate sobre a reforma da Previdência. Compuseram a mesa o presidente da Adunesp, Antônio Luís de Andrade (Tato), o presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Previdência Social em SP, Renato Albano Franco, e o ex-docente da Unesp e atual procurador do INSS em Taubaté, Augusto Tsutya.

Funcionários federais reivindicam 46,95% de reajuste

Em ato realizado em Brasília, palavra-de-ordem era "Ô, Lula, eu quero ver no teu governo o meu aumento acontecer"

Cerca de mil servidores, eleitos delegados nas várias categorias do funcionalismo, participaram de uma plenária nacional de lançamento da campanha salarial da categoria em 2003. Foi no dia 18 de fevereiro, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Em seguida, realizaram um ato em frente ao Palácio do Planalto, onde a palavra-de-ordem central era "Ô, Lula, eu quero ver no teu governo o meu aumento aparecer."

O encontro aprovou a manutenção da reivindicação histórica de 122%, calculada pelo Dieese, que reporia todas as perdas acumuladas desde o início do governo FHC. A reivindicação imediata, no entanto, é de 46,95% e refere-se ao período de julho/98 a maio/2003. Outro ponto central para os servidores é a reforma da Previdência, inicialmente através da luta contra o PL 9.

Em resposta aos servidores, o governo Lula anunciou a intenção de conceder um reajuste diferenciado entre 1,81% a 13,23%. Se considerarmos que a mais otimista das previsões anuncia uma inflação de 10% para este ano, fica claro que se trata de uma proposta irrisória.

Greve contra o PL 9 foi aprovada por 25 federais

Até o dia 13 de abril, o balanço feito pelo Andes (Sindicato Nacional) mostrava que o indicativo de greve contra o PL 9 já havia sido aprovado em 25 Instituições Federais de Ensino Superior. A mobilização é a alternativa apontada pelos servidores neste momento de ataque aos direitos e demonstra a disposição para a luta.

A paralisação nacional contra o PL 9, realizada no dia 8 de abril, alcançou pelo menos 20 universidades federais. Além dos docentes, vários outros segmentos do serviço público protestaram em todo o país. Em Brasília, houve uma manifestação em frente à Esplanada dos Ministérios, que terminou com a entrega, ao representante do governo, de um abaixo-assinado com mais de 20 mil assinaturas contra o projeto.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

De carona na reforma federal, Alckmin traz de volta proposta de Covas

Se depender do governador Geraldo Alckmin, a principal pauta dos novos deputados estaduais de São Paulo, que tomaram posse no dia 15 de março, será a reforma da Previdência no estado.

A intenção do governo paulista é promover um conjunto de modificações na Previdência do funcionalismo, sem ter que esperar a reforma nacional. Entre as principais, está o aumento das alíquotas de contribuição do pessoal da ativa, atualmente em 6%. A taxação dos inativos é outra meta de Alckmin, mas só poderia ser viabilizada após a reforma federal.

Em 1999, o falecido governador Mário Covas enviou proposta com teor semelhante à Assembléia Legislativa. A simples iniciativa foi suficiente para deflagrar uma guerra no funcionalismo, que saiu às ruas em várias manifestações. Atos massivos, que chegaram a reunir 50 mil pessoas em frente ao Palácio dos Bandeirantes, atazanaram a vida de Covas e conseguiram barrar a ofensiva. Na época, a ação das entidades sindicais ganhou o apoio unânime da bancada petista na Assembléia. Agora, a coisa deve ser um pouco diferente.

Ao funcionalismo paulista, assim como em 99, o caminho é o mesmo: mobilização e luta.

Fotos: Daniel Garcia

A Casa de Portugal ficou cheia durante o debate: questão vital para a vida de todos os trabalhadores

Entidades do funcionalismo lançam Fórum Paulista em Defesa da Previdência Social

No dia 15 de março, mais de 700 pessoas lotaram a Casa de Portugal, em São Paulo, para o lançamento do Fórum Paulista em Defesa da Previdência Social. O Fórum é uma iniciativa de dezenas de entidades representativas do funcionalismo paulista.

No mesmo dia, foi realizado um debate sobre o assunto, que contou com a presença do economista Dércio Garcia Munhoz, professor da UnB, Laura Tavares, docente da Uerj, Antônio Augusto Queiroz, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), e Milko Matjascic, professor da Unicamp.

Laura Tavares disse que é preciso recolocar os termos do debate sobre os funcionários públicos, levando em consideração diversos fatores, como o grave desmonte do aparato público estatal, um congelamento de salários sem precedentes; um processo de terceirização crescente, eliminando antigas carreiras que deixaram de ser consideradas como "carreiras de Estado" (como nas áreas de Saúde e de Ensino Superior); a redução ou simples eliminação da perspectiva de estabilidade e de uma carreira futura. "O serviço público não pode e não deve ser igualado ao do setor privado, que atende os princípios do mercado", reforçou a docente, propondo que a igualdade entre servidores públicos e privados deve ser pensada no sentido da responsabilidade estatal na proteção progressiva aos mais frágeis – os que estão em condições inferiores de trabalho e renda, nas duas esferas.

Fóruns semelhantes ao de São Paulo vem sendo formados em todo o país.

Povo iraquiano resiste à "democracia" do imperialismo

Ao contrário do que se diz a maioria das agências de notícias internacionais, a guerra não acabou. Para surpresa do governo Busch, que imaginou ser fácil destruir o país para roubar suas riquezas, centenas de milhares de iraquianos saem às ruas diariamente, pedindo a retirada das tropas invasoras

Com o fim do governo de Saddam Hussein, que desapareceu em meio aos bombardeios das tropas americanas e inglesas, tem início no Iraque uma grande resistência popular à invasão do país.

A agressão imperialista ao povo iraquiano gerou protestos gigantescos em quase todo o planeta, antes e durante a guerra. Em São Paulo e em várias capitais brasileiras, foram muitos os atos. Nas fotos, flashes do ato realizado na capital paulista em 15 de março

No dia 23 de abril, por exemplo, momento de fechamento desta edição, uma grande multidão tomava conta das ruas de Karbala, cidade do sul, de maioria xiita (linha do islamismo seguida por 60% dos iraquianos), pedindo a retirada das tropas invasoras e a criação de um governo próprio. Em Bagdá, as manifestações também acontecem diariamente.

A situação no país é das mais complicadas. Depois do despejo de uma quantidade inacreditável de bombas, a maior máquina de guerra que o mundo já viu, o imperialismo norte-americano, instaurou o caos no Iraque. Faltam comida, água e energia elétrica na maioria das cidades. Os hospitais estão à beira de um colapso. Estima-se que pelo menos dois mil civis tenham sido mortos, além de um número desconhecido de militares. Tornaram-se comuns os saques nas cidades, fruto do desespero gerado pela situação,

O povo iraquiano, antes oprimido pela ditadura de Hussein (que, diga-se de passagem, sempre foi apoiada pelos americanos), recusa-se a ser colônia do imperialismo.

Interesses poderosos

Todos os motivos alegados pelos Estados Unidos para iniciar a guerra – combate ao terrorismo, armas químicas etc – não passam de pura balela. Os interesses por trás do neonazista George Busch têm endereço nas grandes companhias petrolíferas americanas, ávidas por colocar as mãos nas ricas reservas do Iraque, o terceiro maior exportador de petróleo e segunda maior reserva do mundo. Além disso, os EUA, que são o maior consumidor de petróleo do planeta e que atravessam uma crise econômica profunda, querem estabelecer uma nova geopolítica no mundo árabe. Embora tenha relações muito amigáveis com a maioria dos governos da região, o governo americano sabe que a situação é bastante instável e o antiimperialismo é fortíssimo entre as populações árabes.

Outro aspecto importante da ofensiva americana são as pressões da indústria bélica daquele país. Em 2003, o orçamento militar dos Estados Unidos deve ficar na casa dos US$ 410 bilhões, o que equivale a todo o PIB brasileiro.

Novo Afeganistão?

Depois que bombardeou o povo afegão e conseguiu derrubar o governo local, também sob o pretexto de combater o terrorismo, os Estados Unidos prometeram "reconstruir" o país, que entraria numa era de paz e prosperidade. A imprensa internacional pouco fala do assunto, mas o Afeganistão de hoje é um território atormentado pelos conflitos políticos – desde a posse do novo governo, imposto pela coalizão de países que derrotou os Talebãs, aconteceram cerca de 400 atentados terroristas no país.

A ajuda "humanitária" de Bush não saiu do papel e apenas 16% do dinheiro anunciado para 2003 chegaram àquele país. O resultado é uma economia arrasada pela guerra, desemprego, serviços públicos inexistentes e a manutenção da miséria da maioria da população.

Boicote ganha força ao redor do mundo

Entre as formas de reação encontradas ao redor do mundo, o boicote aos produtos norte-americanos vem ganhando força. Uma campanha pela Internet está incentivando as pessoas a deixarem de consumir os produtos fabricados pelas principais empresas daquele país. A campanha pretende atingir o órgão mais vital para os imperialistas: o bolso.

No Oriente Médio, onde o boicote é forte, os analistas estimam que muitas empresas identificadas com os Estados Unidos na região tenham perdido entre 20% e 50% de seu faturamento só no último ano.

Estas são as principais empresas/produtos que compõem a lista do boicote: Coca-Cola, Fanta, Sprite, Pepsi, Kelloggs, McDonald's, Phillip Morris, General Motors, Ford, American Express, Microsoft, Intel Pentium, Hewllet Packard (HP), Compaq, Gilette, Duracell, Oral-B, Kodak, Nike, Levi's, Esso, Texaco, Disney.

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Adunesp Seção Sindical.

Diretoria: Antônio Luís de Andrade (presidente), Ana Maria Ramos Estêvão (secretária-geral), Marcelo Batista Hott (vice-secretário), Alonso Bezerra de Carvalho (tesoureiro-geral), Rubens Pereira dos Santos (vice-tesoureiro). *Praça da Sé, 108, 3º andar, SP. Fones (11) 3242-7080.*
Home page: www.adunesp.org.br - **E-mail:** adunesp@adunesp.org.br - **Jorn. resp.:** Bahiji Haje